

**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

Rua Dr. Siqueira Campos, 176 - Liberdade - 01509-020 - São Paulo - SP

Extrato

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 1019/2025 / SMS.G (100%)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6018.2025/0076076-8

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90986/2025 / SMS.G

ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DETENTORA: SUPERMERCADO MORADA DO SOL LTDA

CNPJ: 03.649.725/0001-01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LEITE EM PÓ INTEGRAL (NINHO); LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO; SUCO DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, 200 ML. ÁGUA DE COCO - BEBIDA NATURALMENTE ISOTÔNICA, INDUSTRIALIZADA e LEITE SEM LACTOSE - EMBALAGEM DE 1 LITRO
VIGÊNCIA: 07/11/2025 A 07/11/2026

Item: 1 - AÇAO JUDICIAL - LEITE EM PO INTEGRAL (NINHO)

R\$: 27,9900 / LT

MARCA:NINHO

FABRICANTE: NESTLÉ DO BRASIL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTACAO: LATA C/ 380G

REGISTRO: MAPA: SIF/DIPOA/2034

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 1126000200100072

Item: 2 - AÇÃO JUDICIAL - LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO

R\$: 9,9800 / UN

MARCA:NINHO

FABRICANTE: NESTLÉ DO BRASIL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTACAO: CX C/ 01 LITRO

REGISTRO: MAPA: SIF/DIPOA/3951

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 1126000200100560

Item: 4 - SUCO DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, 200 ML

R\$: 2,2500 / UN

MARCA:NUTRI NECTAR

FABRICANTE: MARIZA ÁGUA MINERAIS LTDA

EMBALAGEM/APRESENTACAO: CX C/ 200 ML

REGISTRO: MAPA: GO 000219-4.000006- SABOR GOIABA E MAÇA/GO 000219-4.000016- SABOR PESSEGO E MAÇA/GO 000219-4.000010- SABOR MANGA E MAÇA/ GO 000219-4.000009 - SABOR CAJU

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 1126000900601864

Item: 5 - AÇÃO JUDICIAL - ÁGUA DE COCO - BEBIDA NATURALMENTE ISOTONICA, INDUSTRIALIZADA, BAIXA CALORIA, EMBALAGEM TETRAPACK - 1 L

R\$: 12,5000 / L

MARCA:QUADRADO

FABRICANTE: PARAIPABA AGROINDUSTRIAL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTACAO: CX C/ 1 LITRO

REGISTRO: MAPA: CE 00588-6.000059

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 1126001100200866

Item: 6 - LEITE SEM LACTOSE EMBALAGEM DE 1 LITRO

R\$: 11,4500 / L

MARCA:NINHO S/L

FABRICANTE: NESTLÉ DO BRASIL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTACAO: CX C/ 1 LITRO

REGISTRO: MAPA: SIF/DIPOA/2052

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 1126000200100706

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

Unidades	Mensal		Anual	
	Item - 1	Item - 2	Item - 1	Item - 2
ACAO JUDICIAL	200	150	2.400	1.800
TOTAL GERAL	200 LT	150 UN	2.400 LT	1.800 UN

Unidades	Mensal		Anual	
	Item - 4	Item - 5	Item - 4	Item - 5
ACAO JUDICIAL	250	200	3.000	2.400
TOTAL GERAL	250 UN	200 L	3.000 UN	2.400 L

Unidades	Mensal 6		Anual 6	
	Item - 6		Item - 6	
ACAO JUDICIAL	50		600	
TOTAL GERAL	50 L		600 L	

OBS: Consumo Anual Global Estimado R\$ - 128.760,00

- DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 13/11/2025.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº1019/2025-SMS.G
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90986/2025/SMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6018.2025/0076076-8**

Aos 07 dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira de Campos, 176 – 5º andar – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP: 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **SUPERMERCADO MORADA DO SOL EIRELI**, CNPJ nº **03.649.725/0001-01** com sede na Av. São Jerônimo nº 2351, Loja 2, Morada do Sol, CEP.: 13470-310, Americana/SP, telefone : (19) 3406.8623, e-mail: supermoradadosol@hotmail.com, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor. **EUCLAIR JOSÉ POMPONIO**, RG 15.428.413-0 SSP-SP, CPF 050.385.668-12, Rua Ipiranga, 55, Ap 64 - Vila Rehder – Americana/Sp, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face homologação do PE 90986/2025/SMS na plataforma de compras COMPRASGOV em 28/10/2025, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o preço do material discriminado na cláusula segunda, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LEITE EM PÓ INTEGRAL (NINHO); LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO; SUCO DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, 200 ML. ÁGUA DE COCO – BEBIDA NATURALMENTE ISOTÔNICA, INDUSTRIALIZADA e LEITE SEM LACTOSE – EMBALAGEM DE 1 LITRO**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90986/2025/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 Os preços registrados nesta Ata referem-se aos seguintes itens:

ITEM 1 - AÇÃO JUDICIAL - LEITE EM PÓ INTEGRAL (NINHO)

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 27,99/LATA

MARCA:NINHO

FABRICANTE: NESTLÉ BRASIL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: LATA C/ 380G

REGISTRO NO MAPA: SIF/DIPOA/2034

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri:11.260.002.001.0007-2

ITEM 2 - AÇÃO JUDICIAL - LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 9,98/UN

MARCA:NINHO

FABRICANTE: NESTLÉ BRASIL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 1LITRO

REGISTRO NO M.S: SIF/DIPOA/3951

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.260.002.001.0056-0

ITEM 4 SUCO DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, 200 ML

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 2,25/UN

MARCA:NUTRI NECTAR

FABRICANTE: MARIZA ÁGUA MINERAIS LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 200ML

REGISTRO NO MAPA: GO 000219-4.000006- SABOR GOIABA E MAÇA

GO 000219-4.000016- SABOR PESSEGO E MAÇA

GO 000219-4.000010- SABOR MANGA E MAÇA

GO 000219-4.000009- SABOR CAJU

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.260.009.006.0186-4

ITEM 5 - ÁGUA DE COCO – BEBIDA NATURALMENTE ISOTÔNICA, INDUSTRIALIZADA

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 12,50/UN

MARCA:QUADRADO

FABRICANTE: PARAIPABA AGROINDUSTRIAL LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 1 LITRO

REGISTRO NO MAPA: CE 00588-6.000059

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.260.011.002.0086-6



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ITEM 6 - LEITE SEM LACTOSE – EMBALAGEM DE 1 LITRO
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 11,45/CX
MARCA: NINHO S/L
FABRICANTE: NESTLÉ BRASIL LTDA
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 1 LITRO
REGISTRO NO MAPA: SIF/DIPOA/2052
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.260.002.001.0070-6

- 2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.
- 2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 01 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.
- 3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

- 4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.



CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL					ANUAL				
	ITENS					ITENS				
	01	02	04	05	06	01	02	04	05	06
AÇÃO JUDICIAL	200	150	250	200	50	2400	1800	3000	2400	600
TOTAL GERAL	200	150	250	200	50	2400	1800	3000	2400	600

5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no seguinte endereço:

UNIDADE	UNIDADE DEPOSITANTE	ENDEREÇO	TELS. (11)
CDMEC	AÇÃO JUDICIAL	Av. Jaguaré, 818 – Jaguaré/SP CEP.: 05346-000	3572-1752 3572-1704 3768-4797

5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:



- 5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.
- 5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.8 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;
- 5.9 A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;
- 5.10 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
 - 5.10.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
- 5.11 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;
- 5.12 O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

- 5.12.1 O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.13 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.14 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.15 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.16 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.16.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.17 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.18 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.



- 5.19 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
- 5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.
- 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.
- 6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.
- 6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

- 6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.
- 7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.
- 7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 8.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
 - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 8.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
 - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 8.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 8.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.



- 8.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 8.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
 - 8.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
 - 8.4.3** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
 - 8.4.4** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
 - 8.4.5** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
 - 8.4.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 8.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 8.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira de Campos, 172– 5º andar – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP: 01509-020, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 8.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
 - 8.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.



- 8.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
- 8.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1** Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
 - 9.1.2** Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
 - 9.1.3** Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
 - 9.1.4** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
 - 9.1.5** Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
 - 9.1.6** Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3** Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.
- 9.3.1** A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.



E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Ana Lucia Fernandes da Silva, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA:26385015300
 Assinado de forma digital por APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA:26385015300

**APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

DETENTORA:

EUCLAIR JOSE POMPONIO:05038566812
 Assinado de forma digital por EUCLAIR JOSE POMPONIO:05038566812
 Dados: 2025.11.06 13:24:53 -03'00'

SUPERMERCADO MORADA DO SOL EIRELI
Nome: EUCLAIR JOSÉ POMPONIO
RG: 15.428.413-0 SSP-SP
CPF: 050.385.668-12

Testemunhas:

ANA LÚCIA FERNANDES DA SILVA
 Assinado de forma digital por ANA LÚCIA FERNANDES DA SILVA
 Dados: 2025.11.06 14:06:21 -03'00'

1) Nome: Ana Lucia Fernandes da Silva
R.G: 19.221.161-4

MARILIA FERNANDA COSTA
 Assinado de forma digital por MARILIA FERNANDA COSTA
 Dados: 2025.11.06 14:06:41 -03'00'

2) Nome: Marilia Fernanda Costa
R.G: 26.398.100



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ANEXO I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE
REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LEITE EM PÓ
INTEGRAL (NINHO); LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E
MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO; SUCO DE FRUTAS, SABORES
VARIADOS, 200 ML. ÁGUA DE COCO – BEBIDA NATURALMENTE ISOTÔNICA,
INDUSTRIALIZADA e LEITE SEM LACTOSE – EMBALAGEM DE 1 LITRO**

ITEM 1 - AÇÃO JUDICIAL - LEITE EM PÓ INTEGRAL (NINHO)

Leite em pó Integral, elaborado a partir da extração da água do Leite de vaca, segundo processos que garantem a qualidade do leite. Indicado às crianças em fase de crescimento. O produto deverá ser embalado Latas de 380 gramas.

Código Supri: 11.260.002.001.0007-2

ITEM 2 - AÇÃO JUDICIAL - LEITE UHT INTEGRAL ENRIQUECIDO COM VIT. A, D, C E MINERAIS (FERRO E ZINCO), LÍQUIDO

Leite UHT integral enriquecido com vit. A, D, C e minerais (ferro e zinco), líquido, 1 litro

Código Supri: 11.260.002.001.0056-0

ITEM 4 SUCO DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, 200 ML

Suco integral ou de Néctar da Fruta; sabor variado, com as seguintes características e composição mínima: suco de frutas natural, Água potável, vitaminas e minerais, apresentando sabor característico, aroma próprio e cor variando de acordo com a fruta. **(exceto sabores cítricos, exceto uva)**

Código Supri: 11.260.009.006.0186-4

ITEM 5 - ÁGUA DE COCO – BEBIDA NATURALMENTE ISOTÔNICA, INDUSTRIALIZADA

Bebida naturalmente isotônica, industrializada, de baixa caloria, rica em minerais e açúcares, sais de potássio, cálcio, sódio e magnésio, c/ alto poder de hidratação. Contém glúten. Embalagem: tetrapack de 1 litro.

Código Supri: 11.260.011.002.0086-6



ITEM 6 - LEITE SEM LACTOSE – EMBALAGEM DE 1 LITRO

Ação Judicial - Leite sem lactose - Embalagem 1 litro

Código Supri: 11.260.002.001.0070-6

1. Embalagem

- a. O produto deverá ser acondicionado em embalagem de acordo com a praxe do fabricante, de forma que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização. Rotulado conforme a legislação em vigor.
- b. O produto deverá ser reembalado em caixas, conforme constar no registro do produto;
- c. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, informações nutricionais, nº do lote e data de fabricação, prazo de validade e quantidade do produto;
- d. O produto deverá ser devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativos e quantitativos, constando o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricional, número de registro e demais dados conforme as disposições da legislação vigente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante em conformidade com a legislação vigente;
- e. O produto deverá atender a NTA 83 e demais resoluções pertinentes vigentes;
- f. Deverá apresentar registro no órgão competente (ANVISA ou MAPA) e quando dispensado deste apresentar documentação pertinente;
- g. As embalagens individuais devem conter inscritas, de forma destacada e não removível a frase: “**PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO**”;
- h. Especificar claramente a quantidade por embalagem ofertada.
- i. Apresentação: Item 1: lata de 380 gramas; Itens 2, 5 e 6: embalagem cartonada aluminizada de 1 litro; Item 4: embalagem cartonada aluminizada de 200 ml.

2. Condições gerais

- a. Comprovar através de cópia autenticada Licença de Funcionamento, conforme legislação vigente;
- b. Comprovar através de cópia autenticada Licença Sanitária atualizada, ou Cadastro definitivo da empresa proponente, bem como do Fabricante do produto;
- c. O produto deverá atender à Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;



- d. Para o item 4, deverá atender as recomendações: RDC n°. 05/2007; RDC n°. 14/2024; e IN°. 12/2003 MAPA, que dispõe sobre Fixação dos Padrões de Identidade e Qualidade Gerais para Sucos Tropicais e Néctares e suas alterações descritas na IN n°. 42/2013.
- e. Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde). Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais;
- f. O produto deverá ter validade equivalente a 2/3 (dois terços) do prazo de validade total;
- g. Na impossibilidade de o fornecedor entregar o produto dentro do especificado acima quanto a validade, deverá ser solicitado a equipe técnica da SMS- 3 autorização através de carta de comprometimento de troca para entrega do produto em validade menor, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, proceder com a substituição, à vista da inviabilidade de utilização do produto no período de validade.
- h. Os produtos adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e sempre que necessário a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu produto.
- i. Serão exigidos laudos - microbiológico e bromatológico do produto, que deverão ser apresentados junto da proposta de preços.
- j. **Para os itens 2 e 6, devido a curta validade, a entrega será realizada parcialmente, conforme cronograma estipulado pela equipe técnica da SMS-3;**
- k. Anexar catálogos e/ou instrução de uso constando o logotipo da empresa, marca, fabricante, país de origem com número de série, data de fabricação e dados de identificação e especificar na proposta os dados técnicos do produto ou anexar cópia do rótulo do produto;
3. **Prazo de entrega:**
8 (oito) dias úteis após retirada do empenho.
4. **Condições de pagamento:**
Pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias após a entrega do item.

**LOCAL DE ENTREGA:**

UNIDADE	UNIDADE DEPOSITANTE	ENDEREÇO	TELS. (11)
CDMEC	AÇÃO JUDICIAL	Av. Jaguaré, 818 – Jaguaré/SP CEP.: 05346-000	3572-1752 3572-1704 3768-4797

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL					ANUAL				
	ITENS					ITENS				
	01	02	04	05	06	01	02	04	05	06
AÇÃO JUDICIAL	200	150	250	200	50	2400	1800	3000	2400	600
TOTAL GERAL	200	150	250	200	50	2400	1800	3000	2400	600



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SUPERMERCADO MORADA DO SOL LTDA
CNPJ: 03.649.725/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:57:46 do dia 16/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/01/2026.

Código de controle da certidão: **D1DE.E6D7.0050.72B6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.649.725/0001-01
Razão Social: SUPERMERCADO MORADA DO SOL EIRELI EPP
Endereço: AV SAO JERONIMO 2351 LOJA 2 / MORADA DO SOL / AMERICANA / SP / 13470-310

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/10/2025 a 21/11/2025

Certificação Número: 2025102311430913232017

Informação obtida em 06/11/2025 11:48:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN

Comprovante de Inexistência de Registros

Não foram encontradas pendências inscritas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN para Pessoa Jurídica abaixo qualificada na data e hora indicada:

CNPJ Raiz: **03.649.725/0000-00**

Data: **06/11/2025**

Razão Social: **SUPERMERCADO MORADA DO SOL LTDA**

Hora: **14:05:11**

Número de Controle: **2025-1106-0226-0688**

Artigo 7º da Lei Municipal nº 14.094, de 06 de dezembro de 2005: "A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Este comprovante é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal CADIN da Secretaria Municipal Fazenda do Município de São Paulo, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> por meio do código: 2025-1106-0226-0688.